

O LUGAR DA HISTÓRIA EM REVISTA
(ACRÓPOLE, HABITAT, MÓDULO, 1940-1970)
Paula Gorenstein Dedecca

Foi sobretudo a partir da década de 1970 que o mercado nacional de livros voltou seu interesse de maneira mais efetiva para a publicação de narrativas acerca da história da arquitetura brasileira. Até então, somente vinte e dois títulos haviam sido publicados sobre o tema, incluindo tratados práticos, catálogos de exposição, coletâneas de artigos e monografias. Destes, onze foram editados pela imprensa local e os demais eram títulos estrangeiros, motivados principalmente pela explosão do interesse externo na década de 1940 pela recém festejada arquitetura moderna brasileira (CAMARGO, 2014).

Na contramão, em parte como resposta a tal carência de ofertas editoriais, um cenário efusivo foi paulatinamente configurado desde 1940 por uma variada e crescente imprensa periódica especializada em arquitetura, que perdeu força e praticamente feneceu ao final dos anos de 1960. Em um meio profissional e disciplinar em processo de substancial transformação, estas revistas ocuparam posições centrais no debate arquitetônico como espaços de produção e difusão de conteúdos críticos, e se instalaram na rede de sociabilidade dos arquitetos como instância de posicionamento, articulação, legitimação e diferenciação (DEDECCA, 2012).

Ainda que presente pontualmente na imprensa do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a temática arquitetônica só obteve uma ressonância social mais efetiva na medida do aumento do reconhecimento da profissão e da ampliação e definição de seu meio de atuação. Sobretudo a partir de 1920, quando o arquiteto, estabelecendo vínculos com o processo modernizador passou a se investir de responsabilidades técnicas e ambições civilizatórias, a imprensa diária foi meio constante de veiculação de notícias e de manifestações sobre assuntos de arquitetura e urbanismo (LIRA, 2013).

Da verticalização ao regulamento edilício, dos concursos de projeto ao entusiasmo com construções emblemáticas, da passagem de arquitetos estrangeiros aos congressos, das reformas no ensino à criação de instituições de representação. Ainda que as notícias, entrevistas e reprodução de palestras fossem mais comuns, em suas páginas podemos encontrar posicionamentos autorais acerca dos mais variados temas da arquitetura e de sua história, muitas vezes enunciados por figuras lidas como centrais pela historiografia (RABELO, 2011).

A partir do final dos anos de 1930, mesmo que estes diários se mantenham como lugar de posicionamento frequente, as revistas especializadas se tornaram espaço central de enunciação e debate, na medida em que o alargamento do número de profissionais redefiniu e ampliou o público e suas áreas de interesse. Mais ou menos comerciais ou de tendência, vinculadas ou não a entidades de representação ou de ensino, interessadas nas artes plásticas, mais próximas da decoração ou da construção civil, um grande leque de exemplares revela a agitação da atividade editorial brasileira voltada aos periódicos de arquitetura (DEDECCA, 2012).

De modo que, é razoável pensar que os periódicos publicados entre 1940 e 1970 se tornaram um veículo importante de leituras históricas sobre arquitetura elaboradas no período, que ainda flutuavam entre os formatos da crônica jornalística e de certo ensaísmo acadêmico. Se ao fim da segunda guerra, é possível perceber a formação de uma primeira geração acadêmica de historiadores arquitetos, nacional e internacionalmente, e a afirmação paulatina da história da arquitetura como campo independente de atuação, será somente nos anos de 1970 que se formou uma corrente regular de pesquisa local, que culminaria na maturidade do processo de autonomização no Brasil dos campos da história da arquitetura e da cidade entre as décadas de 1980 e 1990 (CASTRO; SILVA, 2016; LIRA, 2011; REIS FILHO, 1992).

Em um momento de baixa institucionalização da atividade do arquiteto historiador localmente, estas páginas foram ocupadas por distintas gerações e tipos, muitas vezes híbridos, de intelectuais: arquitetos em início de trajetória mas a caminho da especialização em história; profissionais já legitimados, com intensa atividade prática, e envolvidos ao mesmo tempo com a formulação de discursos históricos; e outros que, mesmo sem formação específica, versaram frequentemente sobre a produção arquitetônica brasileira.

Uma análise ampla do lugar do discurso histórico nas revistas especializadas de arquitetura ainda está por ser realizada e este artigo, ainda que não pretenda cumprir tal tarefa, busca levantar elementos para a compreensão de como ele se dá em três publicações: Acrópole, onde se

destaca a emergência de certa historiografia paulista de arquitetura tradicional; Habitat, onde o jornalista Geraldo Ferraz realizará um balanço histórico da trajetória de alguns arquitetos brasileiros modernos e Módulo, sobretudo a partir da formulação teórica de Joaquim Cardozo.

O passado pelo olhar paulista

Publicada em São Paulo de 1938 a 1971, Acrópole se caracterizou por ser a revista especializada em arquitetura de maior circulação no país entre 1940 e 1970. O conjunto de projetos publicados inicialmente – eclético, com um tênue limite entre propagandas e assuntos, visando a instrumentalização a partir de um viés repertorial e pragmático com pouca intenção analítica – resultou na raridade de textos históricos, teóricos e críticos sobre arquitetura. Em 1952, ao mudar das mãos de Roberto Correa de Brito para Max Gruenwald, passou a tecer um diálogo mais próximo com os arquitetos locais, entrelaçando-se com o movimento de estruturação do campo profissional local, de suas novas problemáticas e debates – incluindo os historiográficos. Assim, nos primeiros anos da década de 1940, é notável a ausência em suas páginas de esforços para elaboração de narrativas históricas de arquitetura, ainda que em meio à silenciosa convivência entre posturas e estilos, ressoassem alguns ecos teóricos da disputa travada entre modernos e neocoloniais. Em pouco tempo, a emergência de uma atitude moderna mais incisiva frente à arquitetura, a disputa pela legitimação de uma linguagem nacional e pela construção simbólica do passado deram fim a tal calma. Nos últimos anos da década, figuras como Eduardo Kneese de Mello, Henrique Mindlin ou Carlos Gomes Cardim Filho publicaram textos enérgicos em defesa de novas coordenadas para a produção, nos quais aflorava um interesse renovado na herança construída brasileira, sobretudo colonial, a ser agora recuperada a partir de princípios que não o uso eclético e formal da história¹.

Em paralelo, face ao crescimento desordenado das cidades e a destruição de exemplares históricos nos primeiros anos da década de 1950, o debate acerca da regulamentação urbana e do planejamento estimulou a defesa da proteção e estudo do patrimônio construído, em prol da memória e de uma cultura viva não necessariamente operada com vistas ao ato projetual. São

¹ Tais como, de Cardim Filho, “A exposição Brasil Builds em Jundiaí”, Acrópole, 92, dez.1945; “Porque Arquitetura Moderna?”, Acrópole, 121, mai.1948; de Mindlin, “Verdade e Mentira em Arquitetura”, Acrópole, 124, ago.1948; 128; de Kneese de Mello, “Rotary e arquitetura”, Acrópole, 138, out.1949; “Maio 1938-maio 1949”, Acrópole, 133, mai.1949 e “Centro de debates culturais”, Acrópole, 152-153, dez.jan.1951.

apelos à reflexão histórica, à documentação sistemática e à ação pedagógica, que ganharam espaço e volume na revista Acrópole e na recém criada Habitat, impulsionados ao eclodir a querela, de grande alcance e pouco consenso, acerca da valorização formal da arquitetura moderna brasileira e de seu descolamento da realidade sócio-cultural do país².

Com 84 números publicados, ora bimestral, ora trimestralmente, o percurso de Habitat (SP, 1950-1965) também pode ser dividido em duas fases. Até 1954, quando a gestão foi exercida pelo casal italiano Lina Bo Bardi e Pietro Maria Bardi, e um segundo período, no qual os diretores de seção substituíram esta figura central. Assim, até março de 1955, Abelardo de Souza foi responsável pelos assuntos arquitetônicos, sendo então substituído por Geraldo Ferraz, que deu as diretrizes até o encerramento da publicação.

Com larga ousadia, gráfica e discursiva, a revista em seu primeiro momento pode ser lida como parte de um projeto maior de ação no campo da cultura idealizado pelos Bardi, cujas atividades exercidas desde sua chegada no Brasil, em 1946, caracterizaram-se pelo investimento no caráter informativo e formativo da arte. São deste período os primeiros clamores publicados pela preservação de exemplares de uma identidade arquitetônica, no caso paulista, e pela escrita de sua história. Uma demanda que vinha acompanhada por tímidas indagações insatisfeitas acerca das narrativas existentes e de suas eleições para explicação da evolução arquitetônica brasileira, indiferentes sobretudo às particularidades locais de bens do século XVI e XIX³.

Tais súplicas, no entanto, não se desdobraram de imediato em novas análises históricas. É preciso compreender que o corpo crítico destas redações se apoiava majoritariamente em colaboradores não remunerados e intermitentes, que ganhavam experiência e visibilidade através das páginas publicadas, ampliando paulatinamente uma atividade crítica incipiente. Somente no desenrolar da década de 1950, será possível notar a substituição de um modo crítico inicial, intempestivo e de curto fôlego, pela reflexão a caminho da especialização, capaz de inserir a produção num quadro mais complexo de referências históricas e teóricas. São os primeiros frutos da estruturação de uma nova postura intelectual, resultante principalmente da implementação do ensino autônomo de arquitetura na cidade, que ampliou o quadro de profissio-

² Por exemplo, a "Enciclopédia Brasileira" e os "Quatro séculos de arte paulista em verbetes condensados" propostos por Habitat respectivamente em 1952 e 1954 e as curtas notas históricas de 1954 em Acrópole em 1954.

³ Por exemplo, "Um museu do estilo floreal em São Paulo?", Habitat, 1, out.dez.1950; PRADO, J. F. de Almeida. "Arquitetos de São Paulo em 1880", Habitat, 3, mai.jun.1951; "Álbum de fotografia", Habitat, 4, jul.set. 1951; "Patrimônio", Habitat, 5, out.dez. 1951; "Nossa antiga São Paulo", Habitat, 13, dez.1953.

nais e a especificidade de sua formação e intervenção, abrindo espaço para um desenvolvimento significativo da teoria, crítica e história da disciplina (REIS FILHO, 1992).

“São Paulo e o Art Nouveau” do historiador da arte Flavio Motta, publicado na revista *Habitat* em 1953, inaugurou nestas publicações este modo de fazer histórico mais especializado e atento agora à arquitetura paulista. No artigo, posteriormente desenvolvido em sua tese para o concurso de cátedra em 1968 na Fauusp, o autor reconstituiu panoramicamente a história do movimento na Europa, a importação deste gosto e seu desenvolvimento no Brasil, alinhando suas contribuições à evolução da cultura local. Com ares de revisão historiográfica, Motta anunciava sua pretensão de desdobrar o entendimento da arte brasileira para além da pauta exclusiva do barroco e, mais do que resgatar uma produção até então negligenciada, lançar um outro olhar interpretativo relacionando-a ao desenvolvimento contemporâneo, enquanto manifestação de liberdade inventiva em substituição às cópias e repetições em voga.

Evocando a mesma percepção de impasse na produção contemporânea, o engenheiro-arquiteto Luiz Saia inaugurou outro eixo de interesse com a publicação, em 1955, da série “Notas sobre a evolução da morada paulista” em *Acrópole* e “A Casa Bandeirista: uma interpretação” em *Habitat*. Ao investir no entendimento da arquitetura local através de seus vínculos econômicos, políticos, sociais e das especificidades da formação regional, Saia propôs nestes artigos ultrapassar a estanqueidade das análises puramente formais e subsidiar a superação do que, para ele, era uma postura inerte, titubeante e socialmente inócua de alguns arquitetos paulistas e sua busca desesperada pela forma a partir de um vocabulário plástico em voga, porém alcançado acidentalmente. Para além de sua importância documental, tratava-se de comprovar os valores e o alto nível artístico da experiência construtiva local, até então desprezada por sua suposta falta de riqueza plástica.

Vale pontuar que, se desde 1936, Saia desenvolveu uma intensa atuação no SPHAN de São Paulo, e, desde 1944, pioneiramente se detinha sobre as especificidades das residências rurais paulistas do século XVI, não é possível dissociar a expansão deste interesse dos eventos comemorativos do IV Centenário paulistano, quando passam a se vincular simbolicamente ao mito do bandeirante. Com efeito, se os meios intelectuais e artísticos do estado discutiam, desde fins do século XIX, a construção de uma leitura específica das características locais, estes anos intensificam o forjamento de uma identidade paulista que, longe de ser consensual, unia de maneira tensa o apelo ao passado e a projeção ao futuro (MARINS, 1999).

Ao assumir o cargo de editor, Geraldo Ferraz afastou paulatinamente os interesses de Habitat do tema de uma historiografia da arquitetura tradicional e Acrópole se tornou o principal veículo de estudos sobre o assunto, que ganharam ainda mais espaço com o lançamento de Bem Estar (1958-1959), do então estudante Gustavo Neves da Rocha. Uma nova produção, mais regular e numerosa, contribuiu para a construção de um campo local de atuação para o arquiteto historiador que, aos poucos, assumia autonomia para percorrer temas e debates próprios e propor novos objetos, materiais e métodos. A ampliação das fontes documentais e o ingresso na carreira docente de jovens profissionais possibilitaram o desenvolvimento das pesquisas no âmbito acadêmico e deram lastro à elaboração de reformulações historiográficas.

É importante, portanto, relacionar este movimento com o processo de independência da Fauusp como instituição, que buscava ultrapassar o referencial das belas artes e a matriz politécnica, e passaria ao longo dos anos de 1950 por negociações pela redefinição de seu projeto pedagógico, parcialmente implementado em 1962. Nestes anos, as iniciativas extracurriculares foram de enorme relevância para o processo de formação, organizadas sobretudo pelo grêmio estudantil (GFAU), por seu Centro de Estudos Folclóricos (CEF, 1949), posteriormente Centro de Estudos Brasileiros (CEB, 1959) (DEDECCA; SODRÉ, 2012).

Com incontestável ascendência de Luiz Saia, estes centros realizaram trabalhos de pesquisa e documentação, sendo notável a convergência com o debate travado em Acrópole, que publicou sequencialmente, no início dos anos 1960, seus estudos sobre construções tradicionais paulistas. Afastando-se das lições da tratadística e das compilações acadêmicas, o recurso à observação de campo, à pesquisa direta e à documentação da arquitetura tradicional e moderna parecia conduzir a novos padrões de formação, para os quais o conhecimento da realidade cultural, social e econômica do Brasil era primordial (SODRÉ, 2010). São exemplos textos como “Capela e residência dos jesuítas de Embu”, “Capela de São Miguel” e “Casa grande e capela do sítio de S. Antonio” de 1962, “A aldeia de Carapicuíba” e “Casa grande do sítio do Padre Inácio” de 1963 e “Engenhos de Ilhabela” de 1964.

É de se destacar também o conjunto de artigos publicados por Carlos Lemos entre 1957 e 1961. Formado em arquitetura em 1950 pelo Mackenzie e docente na Fauusp desde 1954, sua trajetória é característica de uma geração para a qual a circulação frequente entre instituições – sobretudo entre universidade e imprensa – foi decisiva na construção de compromissos com o debate público, a formação de opiniões e a modelagem de políticas culturais (LIRA, 2013).

Em 1957, mesmo ano ao longo do qual publicou o “Dicionário de Arquitetura Brasileira” elaborado com Eduardo Corona, deu início a uma série de artigos sobre a arquitetura paulista do século XVI e XVII, nos quais colocou em questão os limites do recorte geográfico para sua análise histórica, questionando a procedência exclusiva de elementos de composição arquitetônica e complexificando as identidades construídas até então⁴.

É neste momento também que travou um interessante e caloroso debate historiográfico com Saia. Ainda que se declarasse simpático aos estudos anteriores, reconhecendo sua beleza e relevância, apontava para a difícil comprovação de algumas conclusões e saía em defesa de uma pesquisa histórica mais amparada por documentos e inventários, que poderiam trazer contribuições significativas às análises já existentes e permitiriam o enfrentamento da variedade tipológica, até então não realizado. Em resposta, ao justificar sua análise apressada como estratégia frente ao contexto profissional, Saia colocava em questão ideias como da universalidade das interpretações históricas, da variedade de leituras possíveis de um mesmo fato e da incontornável eleição e seleção realizada por parte do historiador⁵.

Ao lado de Lemos, outros profissionais, dentre eles alguns recém formados e atuantes anteriormente nas atividades estudantis do grêmio, seriam incorporados ao corpo docente da Fauusp, sobretudo após a reforma de 1962, iniciando suas trajetórias institucionais como historiadores, como Julio Katinsky, Nestor Goulart Reis Filho, Benedito Lima de Toledo e Gustavo Neves da Rocha Filho. Estes três últimos teriam alguns de seus primeiros trabalhos divulgados nas revistas especializadas de São Paulo.

Nestor Goulart Reis Filho, formado arquiteto em 1955 e cientista social em 1962 pela USP, tornou-se assistente de Kneese de Mello na cadeira “Arquitetura no Brasil” em 1956. Em Acrópole, publicou “O lote urbano e a arquitetura colonial” em 1966. Entre 1963 e 1969 também elaborou uma série de artigos para o Suplemento Literário d’O Estado de São Paulo, que foram organizados no livro Quadro da Arquitetura Brasileira de 1970.

Presidente do CEB em seus anos de estudante, Benedito Lima de Toledo formou-se arquiteto pela Fauusp em 1961 e no ano seguinte começou a lecionar na instituição, no cargo de profes-

⁴ São publicados em Acrópole: “Outra casa velha”, 245, mar.1959; “Casas alpendradas de São Paulo”, 260-261, jun.1960; “Iporanga”, 221, mar.1957; “A capela de Ivaporunduva”, 219, jan.1957; “Partido arquitetônico paulista em Goiás”, 274, set.1961; “A casa bandeirista nos inventários do segundo século”, 228, out.1957; “A Casa grande de Brigadeiro Tobias”, 238, ago.1958; “Notícia de documento interessante”, 243, jan.1959.

⁵ SAIA, Luis. “Resposta a uma crítica (onde tem fumaça, tem fogo)”. Acrópole, 240, out.1958.

sor assistente. Em Acrópole, publica “Obras de restauração da Igreja de S. Efigênia de Ouro Preto” em fevereiro de 1963 e “Os pousos da Serra do Mar” em novembro de 1967.

Gustavo Neves da Rocha Filho formou-se arquiteto pela Fauusp em 1962 e tornou-se professor de História da Urbanização. Como estudante, participou desde cedo das atividades ligadas ao CEF, tendo sido seu presidente entre 1953-1956. Quando ainda no comando de Bem Estar, publicou “Casas de residência no Brasil do século XX” e “O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina”, em 1958 e 1959 respectivamente.

É importante apontar para o fato de que tal esforço coletivo de estudo da arquitetura tradicional paulista não se estendeu, neste momento, nas revistas, para a análise histórica do momento de renovação arquitetônica da primeira metade do século XX e são raros os trabalhos que investiram em interpretações de maior fôlego da história da produção moderna, paulista ou brasileira. Mais do que isso, as poucas leituras que se lançaram em tal empreitada, como “A Arquitetura em São Paulo” de Roberto Cerqueira César publicado em Acrópole em 1954, embrenham-se ainda com o espírito de embate pela renovação das referências arquitetônicas, revestindo-se de um temperamento militante, e são ainda quase integralmente apoiadas em uma mesma matriz interpretativa – a narrativa canônica de Lucio Costa. Assim, em meio ao coro afinado, é interessante lembrar a dissonância de Geraldo Ferraz.

Geraldo Ferraz e uma leitura plural através das individualidades

Ao assumir a direção geral de Habitat em 1955, Geraldo Ferraz anunciava uma nova etapa para a revista, menos experimental e dedicando-se principalmente ao debate do ensino e da profissão da arquitetura, e agora com grande ênfase, do urbanismo. Sob sua gestão, os assuntos veiculados giravam ao redor de seus interesses, sendo reduzida a presença de colaboradores e a dedicação a outras pautas, ainda que o tema das artes plásticas fosse preservado em parte e o paisagismo e desenho industrial tenham ganhado espaço nos anos finais da publicação.

Sem instrução formal, Geraldo Ferraz construiu a partir da década de 1920 uma longa e variada carreira na imprensa, convertendo-se aos poucos à causa modernista de renovação intelectual, estética e artística e aproximando-se da crítica de arte e do jornalismo cultural. Ao assumir a revista Habitat, já poderia ser considerado um dos principais críticos de arte em ativida-

de na cidade, ao lado de figuras como Sergio Milliet, Luís Martins e Lourival Gomes Machado (HOFFMAN, 2007).

Basta citar algumas de suas atividades para revelar sua intensa e militante atuação: como “forasteiro social” inseriu-se no círculo predominantemente aristocrático que se arregimentou ao redor da Semana de 22; em 1929 assumiu a secretaria da Revista de Antropofagia; em 1930, ao lado de Quirino da Silva e Flávio de Carvalho, idealizou os Salões de Maio; entre 1933 e 1934, tornou-se redator-chefe do jornal antifascista O Homem Livre; entre 1940 e 1946, trabalhou ao lado de Mario Pedrosa e Patricia Galvão no jornal A Vanguarda Socialista; além de uma atuação em jornais variados de ampla circulação como O Estado de São Paulo, Jornal do Comércio, Folha da Manhã, Diário da Noite, dentre outros (FERRAZ, 1983).

Seu crescente interesse pelo debate arquitetônico e urbanístico talvez possa ter origem no convívio travado com Flávio de Carvalho desde 1927 e no contato estabelecido com Gregori Warchavchik a partir de 1928. Aos poucos, ampliaria este espaço específico de interlocução, aproximando-se de figuras como Jayme da Silva Telles, Carlos Prado, José Maria da Silva Neves e Luiz de Anhaia Mello; se envolveria em episódios de destaque, como a passagem de Le Corbusier pela cidade em 1929, a querela do concurso do Paço Municipal de São Paulo, ou seu debate já clássico com Lucio Costa em 1948; e assumiria um papel relevante nos debates que pela cidade se travavam, seja na defesa do internacionalismo, no seu constante entusiasmo com a obra de Warchavchik ou na divulgação do modernismo arquitetônico local (LIRA, 2005).

Para além de sua legitimidade como jornalista de cultura, muito próximo aos assuntos de arquitetura e urbanismo, sua inserção em Habitat se deve provavelmente a uma longa trajetória de envolvimento com a cadeia de jornais e periódicos de Assis Chateaubriand que, sobretudo em meados da década de 1940, passou a investir com mais intensidade em São Paulo, impondo-se como figura importante na vida jornalística e artística da cidade (NEVES, 2005). Na revista, se Ferraz pouco falou de outros campos artísticos, aproximou-se com fôlego do debate urbanístico, até então praticamente ausente, dialogou constantemente com o debate pela regulamentação profissional e dedicou um grande espaço às movimentações estudantis da cidade, sobretudo em seus momentos de reivindicação pela atualização do ensino profissional.

Ao lado da constante dedicação à obra de Warchavchik e sua infatigável luta pela reivindicação de um justo lugar para ela nas narrativas históricas, é em Habitat que publicou duas séries: “Individualidades da Arquitetura Brasileira”, entre março e novembro de 1956, na qual anali-

sou os percursos de Gregori Warchavchik, Afonso Eduardo Reidy, Rino Levi, Irmãos Roberto, Lucio Costa e Burle Marx, e “Novos valores da Arquitetura Brasileira”, entre fevereiro e novembro de 1957, na qual os de Abelardo de Souza e Oswaldo Bratke são passados em revista. Nestas leituras, que podem ser consideradas como uns dos primeiros esforços sistemáticos de análise histórica da nova arquitetura brasileira, Ferraz propôs dar início a um balanço do período de renovação da arquitetura brasileira, procurando iluminar aspectos únicos e coletivos de algumas trajetórias individuais, adotando um critério cronológico, e, segundo ele, uma rigorosa objetividade.

Buscando inserir suas atuações e obras em um quadro mais amplo da cultura, de modo a discutir o seu significado para a cidade e para o campo específico da arquitetura, paralelamente, pretendia problematizar algumas das chaves mais recorrentes de leitura de tal produção. Ainda que a seleção destes protagonistas tenha se dado, segundo Ferraz, de modo arbitrário, não é desprezível, já que em meio ao debate sobre a valorização formal, que suas atuações tenham sido olhadas a partir de dois eixos constantes: a dimensão urbanística de suas obras e suas inclinações ao espírito de pesquisa, à orientação construtiva da construção, modesta e quase sempre avessa aos arroubos formais.

Mais do que isso, podemos pensar que Ferraz lançou mão do formato de análise de trajetórias individuais com a intenção de revelar a pluralidade da produção brasileira, buscando contrapor-se e afastar-se do padrão narrativo hegemônico. Assim, reaproximando-se dos pressupostos historiográficos que emergiram em sua defesa assídua da obra de Warchavchik, apresentava um cenário múltiplo em contraponto ao quadro histórico apoiado insistentemente em obras, eventos e figuras recorrentes, em uma única gênese e em um desenvolvimento linear e único. Talvez não seja tão por acaso que Niemeyer, o grande herói para tais leituras canônicas, não tenha sido incluído na seleção.

Ainda que alertasse para a limitação de seu panorama, Ferraz encerraria a série das individualidades em 1957 ao considerar necessário a inauguração de um novo esforço: a investigação de novos valores na produção brasileira, que prosseguiriam pelos caminhos já abertos e davam a contribuição mais efetiva para a atividade profissional no país. Neste sentido, avaliava a existência e dava contornos a uma nova etapa da arquitetura contemporânea nacional, situando o trabalho das “individualidades” na história e abrindo espaço na narrativa histórica para estas

outras atuações que, livres da necessidade de polêmica e de embate estilístico, podiam se dedicar ao estabelecimento mais amplo, consistente e enraizado da prática.

Neste sentido, Ferraz aproximava-se de certas intenções historiográficas que tomam forma ao redor dos anos 1960 e que dão sinais da emergência de uma nova matriz interpretativa, que trazia à luz uma arquitetura paulista, agora coletiva e autônoma, esmaecendo em certo grau a primazia dedicada à vertente carioca e colocando em questão as leituras de coesão e homogeneidade entre as obras nacionais, sem diferenciações regionais. No entanto, se alguns anos mais tarde, três leituras viriam a apresentar de maneira enfática uma arquitetura paulista vista como manifestação coletiva e independente (Luiz Saia com “Arquitetura Paulista” publicado no Diário de São Paulo em 1959, Flavio Motta e Bruno Alfieri, com “Rapporto Brasile” e “João Vilanova Artigas – Ricerca Brutalista”, publicados na revista italiana Zodiac em 1960), os sinais desta nova interpretação histórica não ressoariam ainda nestas publicações aqui analisadas (DEDECCA, 2013).

Joaquim Cardozo em Módulo

Estreando em 1955, a revista Módulo, ainda que tenha dedicado espaço para o debate das artes plásticas, tem seu foco no debate arquitetônico e, ao lado de Acrópole e Habitat, se tornou uma das mais importantes publicações brasileiras especializadas do período. Frente à estrutura das revistas paulistas, impressiona a variedade e proeminência de seu corpo diretor e administrativo, contando com figuras como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Rubem Braga e Vinicius de Moraes, com destaque para Oscar Niemeyer e Joaquim Cardozo que orientaram em grande parte os debates travados pela revista ao longo de seus dez anos.

Com um enorme volume de anúncios, a revista assumiu posição de destaque desde o seu lançamento, legitimando-se rapidamente em esfera nacional e internacional. A inserção de sumários em francês, inglês, italiano e alemão, desde seu primeiro número, bem como de um caderno de traduções que no nono número será substituído pela redação bilíngue de todo o seu conteúdo, aponta para sua ambição de atingir um público largo, incluindo o estrangeiro.

Ainda que com o início da construção de Brasília o foco da revista tenha se voltado quase exclusivamente ao tema, em seus anos iniciais, dedicou um grande espaço para a publicação de

estudos da arquitetura tradicional popular e erudita e à defesa do patrimônio histórico e artístico, sobretudo da cidade carioca. É de se destacar, por exemplo, o conjunto de textos elaborados por Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN de 1937 a 1967, sobre arquitetura tradicional – como “Capelas rurais”, “Arquitetura brasileira do ciclo do café – Fazenda do Resgate no Vale do Paraíba”, “A Casa da Câmara de Mariana” – e a republicação de “Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro” de Lucio Costa, veiculado inicialmente na Revista do SPHAN em 1939.

Dentre as publicações brasileiras de grande circulação do mesmo período, esta parece ser a que teve seu conteúdo mais alinhavado, podendo ser considerada uma revista de tendência, tecendo entre projetos e textos uma leitura própria acerca da produção arquitetônica brasileira. Embora não tenha assumido tal objetivo, a revista pode ser interpretada como um canal de resposta ou de enunciação do posicionamento de seu principal editor, Oscar Niemeyer, alvo central das reprimendas enunciadas pela crítica nacional e internacional a algumas obras brasileiras, a sua excessiva valorização plástica e suposto descolamento da realidade brasileira.

Assim, não é desprezível que em seus primeiros números tenha veiculado reportagens que comentavam diretamente os pronunciamentos de tal crítica. Nelas, a revista avaliava que, apesar de todo o alarme, tais pronunciamentos eram uma boa propaganda da produção nacional ao destacarem sua exuberância e difundirem a ideia de que os arquitetos no Brasil faziam arte. De fato, persistirá em *Módulo* uma defesa contínua da prática da arquitetura enquanto ato artístico, poético, criador e livre, colocando-se sempre a postos para intervir pelo direito da imaginação na obra arquitetônica, em contraposição a propostas de um vínculo restritivo entre técnica e criação, vistas como artificiais e demagógicas.

É justamente em defesa deste posicionamento que se deu a mobilização de um discurso histórico em *Módulo*, no qual as lições do passado não eram mais evocadas por conceitos como os de simplicidade da arquitetura colonial, e sim pelo parentesco entre o moderno e o barroco. Ao longo dos anos de 1950, em sentido inverso ao das revistas paulistas que se valiam cada vez menos do vínculo com a tradição, *Módulo* passava a operá-la como argumento para estratégias projetuais, sobretudo a partir dos movimentos discursivos afinados de Cardozo e Niemeyer.

Se *Módulo*, ao mesmo tempo desqualificando a opinião internacional e pouco espaço abrindo para as ressalvas emitidas nacionalmente, pouca validade creditou ao ambiente crítico, Niemeyer, em seus textos autorais, não se mostrará impassível a ele. Neste sentido, ainda que

sempre defendendo a impossibilidade da síntese da tradição com a produção contemporânea, é importante perceber a frequente mobilização da história e a construção de um raciocínio outro que não o da “boa tradição” canônica de Lucio Costa.

De fato, se, em “Problemas atuais da arquitetura Brasileira” de 1955, limitava-se a defender a manutenção de propósitos coloniais como os de honestidade construtiva, ao aproximarmos-nos da virada da década, em textos como “Considerações sobre a arquitetura Brasileira” de 1957 e “Contradição na arquitetura” de 1962, passava a explicar determinadas opções projetuais a partir de sua aproximação com características barrocas, de rico e harmonioso vocabulário plástico, sobretudo a partir de seus elementos curvos e da relação simples e intuitiva entre forma e estrutura. O ato criador do passado tornava-se então, por seu lirismo e fantasia, exemplo para a tímida e vacilante postura contemporânea, alinhando-se afinal com o discurso enunciado por Joaquim Cardozo logo no primeiro número da publicação.

Cardozo já havia percorrido um curioso e ramificado caminho profissional ao iniciar sua contribuição na revista, atuando simultaneamente como poeta, artista plástico, crítico e historiador de arte, e engenheiro calculista de estruturas de concreto armado. Formado em Engenharia Civil em 1930, trabalhou na Diretoria de Arquitetura e Construções do Recife, sob comando de Luis Nunes. Em 1940, se transferiu para o Rio de Janeiro para colaborar com Rodrigo Melo Franco de Andrade no SPHAN, onde ao mesmo tempo em que calculava os reforços estruturais de diversas obras de restauro, desenvolveu um extenso ensaio histórico sobre a casa alpendrada rural do Estado do Rio de Janeiro. Desde 1941, com o projeto da Pampulha, passou a trabalhar regularmente com Oscar Niemeyer.

Ao lado de artigos sobre arte popular e manifestações folclóricas, publicou quatro textos sobre a produção contemporânea, nos quais invariavelmente resgata a história como apoio de seu discurso, sempre conduzido pela análise das soluções estruturais e técnicas: “Arquitetura Brasileira – Características mais recentes” no número inaugural de 1955, “Dois episódios da história da arquitetura moderna brasileira” em março 1956, “Forma Estática- Forma Estética” em agosto de 1958, e “Algumas ideias novas sobre arquitetura” em junho 1963.

Logo em seu primeiro texto, Cardozo anunciava o que para ele era um novo ritmo na arquitetura moderna brasileira, inaugurado com a Igreja de São Francisco da Pampulha: uma tendência manifesta para panos delgados e leves de concreto, com formas e orientações variadas que, fugindo e refluindo, participavam de uma espaço movimentado e quase mágico, só comparável

à expressão espacial do barroco. Uma similitude perceptível nos efeitos de perspectiva cenográfica, no destemor à linha curva e à assimetria, na defesa de um equilíbrio plástico de pura geometria. No entanto, ao passo que este último era de certo modo irreal, composto por elementos postíços criando algo de inexplicável e miraculoso, na nova arquitetura o novo equilíbrio era perfeitamente compreensível, impondo-se sem qualquer efeito ilusório em sua relação de carga e suporte. Se seu grande foco é a obra de Niemeyer, incluía ao seu lado projetos de Lucio Costa, Jorge Moreira, Sergio Bernardes e dos Irmãos Roberto, que, repensando soluções para os mais variados problemas técnicos e afastando-se de fórmulas exaustas, revelavam a vitalidade, variedade e riqueza da nova arquitetura brasileira.

A Pampulha é novamente recuperada no artigo “Dois episódios da história da arquitetura moderna brasileira”, que buscava passar em revista dois “impulsos animadores”, com poder de contágio e capacidade de irradiação por sua singularidade e expressividade. Afirmando o Ministério da Educação e Saúde como ponto de partida da renovação arquitetônica brasileira e localizando no Rio de Janeiro a gênese incontornável de tal movimento, Cardozo analisava a atuação de Luis Nunes do DAC no Recife a partir de 1935 – cuja significação histórica não se dava tanto por questões de autenticidade e inovação, mas pelo que continha de generalização da ideia de ordem e de unidade – e a obra da Pampulha, onde Niemeyer começou a manifestar uma ilimitada força inventiva, dirigida sobretudo ao problema da estrutura e da purificação da forma.

Em seu terceiro artigo “Forma Estática- Forma Estética” a narrativa se mantém inalterada, novamente construída em defesa da expressão artística, especulativa, livre, não restrita às imposições das premissas indispensáveis ao projeto. Ao avaliar a historiografia da arquitetura interessada nas relações formais entre estabilidade e estética nas construções e entre o estudo teórico e experimental da resistência dos materiais e as formas arquitetônicas, ressaltava a importância da descoberta de novas possibilidades materiais para superação de preceitos de beleza e de conceitos estilísticos dominantes, mas julgava que o uso exagerado de tal vínculo resultava em uma arriscada redução da forma estética em forma estática. Novamente recuperando Niemeyer e alguns de seus projetos para Brasília como argumento, demonstrava que a necessária originalidade e invenção da arquitetura nem sempre resultava da adaptação imediata entre a estética dos arquitetos e a estática dos engenheiros.

Por fim, em “Algumas ideias novas sobre arquitetura”, reprodução de seu discurso de colação de grau para os alunos da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife em 1962, recuperava a arquitetura conventual e as igrejas mineiras barrocas do século XVIII e ressaltava seu vigor, exuberância e expressão regional, para contrapor-los a certa postura contemporânea, relaxada em sua força criadora e conformada com formalismos e fórmulas. Em meio à estagnação, às contradições e incertezas de conceitos e diretrizes, é que surgiriam novas ideias, mais válidas e convincentes, que conseguiriam examinar com clareza a função arquitetônica e seus valores, fugindo de imposições ou desbalaceamentos excessivos entre os atributos necessários à obra. Novamente, Niemeyer e as obras de Brasília eram expostas como exemplo de conhecimento claro e harmonia de suas escolhas.

Sem justificar o motivo de tal homenagem e fugindo ao seu formato usual, a revista dedica o número de dezembro de 1961 à avaliação da obra e do pensamento de Joaquim Cardozo – com textos especialmente elaborados para a ocasião por Rodrigo Melo Franco de Andrade, Oscar Niemeyer, Jorge Amado, Samuel Rawet, Fausto Cunha, Bernard Perez e Mario Barata. Um número que foge ao formato tradicional da publicação e que vale ser lembrado aqui pois indica o relevo da contribuição de Cardozo.

Se por um lado, ao tratar da produção arquitetônica brasileira reafirmou recorrentemente o cânone em seus textos, seu olhar conduzido pelas questões estruturais é extremamente original. Mais do que isso, é importante ter em vista o fino alinhamento entre suas linhas argumentativas e as adotadas pelo próprio Niemeyer para explicação de sua obra, muitas das quais se tornarão hegemônicas para a interpretação da trajetória do arquiteto. Neste sentido, a provável importância de tal parceria resta ainda a ser avaliada, visto a ausência de estudos mais aprofundados sobre o lugar de Joaquim Cardozo na história e historiografia da arquitetura brasileira.

Bibliografia

CAMARGO, M. J. DE. Novas fontes documentais no contexto da historiografia da arquitetura moderna. **III Enanparq**, 2014.

CASTRO, A. C. V. DE; SILVA, J. M. DE C. E. História e historiografia da arquitetura e da cidade. **IV Enanparq**, 2016.

DEDECCA, P. G. **Sociabilidade, crítica e posição: o meio arquitetônico, as revistas**

especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965). São Paulo: Fauusp, 2012.

DEDECCA, P. G. A idéia de uma identidade paulista na historiografia de arquitetura brasileira. **Revista Pós**, v. 32, p. 90–101, 2013.

DEDECCA, P. G.; SODRÉ, J. C. DE A. Cultura e política nas publicações dos estudantes da FAU-USP, 1950- 1972. In: LIRA, J. T. C. DE (Ed.). . **História e Cultura Estudantil: revistas na USP**. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 162–185.

FERRAZ, G. **Depois de tudo**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

HOFFMAN, A. M. P. **Crítica de Arte e Bienais : as contribuições de Geraldo Ferraz**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2007.

LIRA, J. T. C. DE. Crítica Modernista e Urbanismo: Geraldo Ferraz em São Paulo, da Semana a Brasília. **XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, p. 31, 2005.

LIRA, J. T. C. DE. A história e o fazer da arquitetura. **Desígnio**, v. 11–12, p. 11–19, 2011.

LIRA, J. T. C. DE. Apresentação. In: LEMOS, C. A. C. (Ed.). . **Da taipa ao concreto – crônicas e ensaios sobre a memória da arquitetura e do urbanismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2013. p. 1–6.

MARINS, P. C. G. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. **Anais do Museu Paulista**, v. 6/7, p. 9–36, 1999.

NEVES, J. **Geraldo Ferraz e Patrícia Galvão. A experiência do Suplemento Literário do Diário de São Paulo nos anos 40**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2005.

RABELO, C. **Arquitetos na cidade: espaços profissionais em expansão (Rio de Janeiro, 1925-1935)**. São Paulo: Fauusp, 2011.

REIS FILHO, N. G. O campo da Arquitetura e do Urbanismo. In: **Cadernos de História de São Paulo 1**. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1992. p. 37–43.

SODRÉ, J. C. DE A. **Arquitetura e viagens de formação pelo Brasil (1938-1962)**. São Paulo: Fauusp, 2010.